



# Anais da Assembleia

Nº 013

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1992.  
(QUARTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Algaci Tulio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental e registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Tulio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basilio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silverio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, José Alves, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur, Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Cezar, Orlando Pessuti, Ovidio Constantino, Plauto Miro Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Hermas Brandão, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Doutor Rosinha, Elio Rusch, Tadeu Lucio Machado, Nelson Justus, Nilton Barbosa e Paulo Maia (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede a leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Offícios:

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 11.03.92.

Senhor Presidente.

Envio, em anexo, deliberação do Conselho de Administração da Universidade Federal do Paraná, em apoio ao Projeto de Lei nº 312/91.

Pela importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso Estado, solicito vosso apoio na aprovação do mencionado projeto.

Na certeza do seu empenho agradeço colocando-me à disposição.

Atenciosamente

(a) MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS  
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Universidade Federal do Paraná, reunido em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro do corrente e considerando:

1. O estabelecido na Constituição do Estado do Paraná, através do artigo 205, que destina dois por cento da receita tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica;

2. A importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná de se criar um órgão específico para gerir os referidos recursos, órgão este com representação paritária do poder executivo, das comunidades científica, tecnológica, empresarial e de trabalhadores;

3. O fato de após mais de dois anos da promulgação da Constituição Estadual ainda não se ter a regulamentação do citado artigo.

DELIBEROU pelo apoio ao Projeto de Lei nº 312/91, que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS  
Vice-Presidente.

OFÍCIO Nº 017/92

Curitiba, 11.03.92.

Senhor Presidente.

Venho através deste comunicar Vossa Excelência, de acordo com o convite encaminhado a esta Presidência, pelo PROGRAMA PARANÁ-EUROPA, devo me ausentar do País, no período de 12 a 23 do corrente mês, para atender o citado compromisso.

Esta viagem de estudos será feita sem ônus para este Poder.

Em vista disto, solicito de Vossa Excelência as providências necessárias, para que surtam os efeitos legais.

Certa da sua atenção, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente  
(a) EMÍLIA BELINATI  
Deputada Estadual.

MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
OFÍCIO Nº 0202

Curitiba, em 11.03.92.

Senhor Presidente.

Honra-me participar a Vossa Excelência e aos eminentes Deputados do nosso querido Paraná, que no próximo dia 15 expirará meu mandato de Procurador-Geral de Justiça.

O referido mandato, Senhor Presidente, foi-me conferido pelo voto da maioria de minha laboriosa classe, pelo Estadista, então Governador do Estado, Alvaro Dias, e pela unanimidade dos destacados Deputados Estaduais, que, após cerca de duas horas de memorável debate em Plenário, distinguiram-me com a aprovação de meu nome para ocupar o elevado cargo de Chefe do Ministério Público do Estado.

Foram dois anos de muito trabalho e dedicação ao povo do Paraná, nosso único cliente.

Nessa difícil fase de transição, pela imperiosa necessidade de implementação do texto constitucional, procurei, com o maior de meus esforços, e de uma extraordinária equipe de Procuradores, Promotores de Justiça e funcionários, realizar o melhor dos trabalhos.

O Ministério Público experimentou, nesse período, um avanço jamais visto em sua história. Tornou-se mais conhecido e ainda mais respeitado perante a população. Sem falsa modéstia, nosso estilo de trabalho, comprometido com a seriedade, honestidade, produtividade e amor à causa pública, serviu de modelo a quase todos os demais Estados da Federação.

Bem por isso fui, por duas vezes, eleito Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

Agora, porém, e não obstante o apoio da maioria de meus pares, deixo o cargo de Procurador-Geral de Justiça e, também, como consequência, o de Presidente do referido Conselho.

A distinção que o Brasil, por unanimidade de votos, e por duas vezes, conferiu-me e ao Ministério Público do Paraná e ao próprio Estado do Paraná, estou nesta data transferindo ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Castelar Guimarães Filho, 1º Vice-Presidente.

Assim entendeu, como serdo mais conveniente, o Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, Roberto Requião, que preferiu o segundo colocado em uma lista triplíce elaborada por minha classe.

Como a decisão de Sua Excelência não foi ilegal, posto que a Constituição assim permite, não a critico.

Todavia, às vésperas da apreciação, por essa Casa de Leis, do nome escolhido pelo Governador, peço licença para externar algumas considerações.

Em minha gestão, tanto como Procurador-Geral de Justiça, nomeado livremente pelo Governador do Estado de então, quanto depois, pelo atual sistema constitucional, sempre devotei à Assembléia Legislativa o mais profundo respeito e admiração pelos seus ilustres integrantes, e também pelo esplêndido trabalho desenvolvido por todos eles em benefício do Paraná.

O permanente clima de salutar convivência mantido entre a Assembléia Legislativa e o Ministério Público, que procurei preservar sempre harmônico e respeitoso, autoriza-me a dizer: obrigado. Muito obrigado, Senhores Deputados. Os Promotores e Procuradores de Justiça do Paraná, não esquecerão o especial tratamento sempre recebido da parte de Vossas Excelências.

Todas as nossas mensagens de leis, todas elas, sem exceção, foram deferidas por essa Doute Casa.

Obrigado. Obrigado mesmo.

Agora termina meu tempo à frente da Procuradoria Geral de Justiça. Não fui autorizado a continuar, não pelos meus pares, mas pelo Governador do Estado, meu colega de turma da Faculdade de Direito e amigo há trinta anos.

Já é público e notório que há certas resistências à aprovação do nome escolhido por ele. Respeitosamente peço que elas cessem.

Não quero, e jamais quereria, ser motivo ou referencial à eventual desarmonia entre dois Poderes do Estado.

Basta-me, e quanto, ter recebido aprovação, antecipada, de quarenta e dois dos mais nobres Deputados dessa Ilustrada Casa, que em corajoso e inédito manifesto, apuseram suas assinaturas em defesa de meu nome para continuar como Procurador-Geral de Justiça.

Jamais esqueceré!

Deixo-os livres - permitam-me a ousadia - para apreciar o nome do indicado pelo ilustre Governador, apesar de não ter sido ele o mais votado.

O Poder Legislativo Estadual, que nós, e somente nós, os Paranaenses, pedimos que na respectiva Constituição fosse ouvido, nesse processo de escolha do Procurador-Geral de Justiça, tem o direito de, livremente, manifestar-se.

A decisão será, à toda evidência, respeitada.

Agradeço, Senhor Presidente e Senhores Deputados, por tanta consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES

Procurador-Geral de Justiça

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para os Projetos de Lei nºs 507 e 513/91, bem como 16, 17 e 24/92, de modo que sejam apreciados logo após as Discussões Únicas dos vetos e a votação da Redação Final, constantes dos itens 1, 2, e 3 da pauta desta Sessão.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Durval Amaral, Dobrandino da Silva, Eurides Moura e Oswaldo Trevisan.

## REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, aos projetos aprovados em Segunda Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

## REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque para votação da Proposição nº 09/92, Veto parcial apostado ao Art. 4º do Projeto de Lei nº 514/91.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão total para discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos dessa sessão de hoje, de votos de congratulações e muito aplauso ao eminente juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná, Dr. Darcy Nasser de Melo, recentemente conduzido a esta importante função, por decisão

de seus Pares!

Entendemos tratar-se de uma marcante conquista do Judiciário Paranaense, mercê das conhecidas qualidades deste consagrado Mestre do Direito.

Temos plena convicção de que colocará todo seu talento, sua vocação para a Justiça, em benefício de nossa comunidade.

Tivemos a imensa honra de em determinado momento de nossa vida, ser testemunha desta dedicação à Justiça, ao Direito, ao ser humano! Fazemos esta manifestação e pedimos o apoio dos demais Companheiros de Plenário, na certeza de estarmos traduzindo um grande e merecido gesto de congratulações.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que este subscreve, associa-se ao júbilo da comunidade católica do Estado do Paraná e de todo o País, pela designação recente, proclamada pelo Papa João Paulo II, de Dom Albano Cavalin, para o arcebispado da cidade de Londrina, e pede inserção nos Anais da presente sessão legislativa, de votos de congratulações ao antistete.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

Ninguém é mais paranaense que o lapaeno Dom Albano Cavalin. Sacerdote exemplar, tem o carisma dos primeiros cristãos. Sabe ser enérgico sem perder a ternura. Sabe ser campeão da defesa dos direitos humanos.

Vive o Cristianismo de forma abrangente e irrestrita. Não conhece descanso. Completará com seus irmãos de episcopado os dias que lhe forem concedidos voltado ao bem-estar do povo.

## REQUERIMENTO Nº 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a viabilização de definição de data única para realização de plebiscitos em todas as comunidades que atenderam os requisitos legais e cujos processos de emancipação aguardam a realização da consulta popular.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) ALBINO CORAZZA

## JUSTIFICATIVA:

Lei Complementar aprovada por esta Assembléia prorroga o prazo para criação de novos municípios até o dia 1º de maio do corrente ano, ajustando a legislação esta-

dual à Lei Eleitoral que regulamenta as eleições municipais do ano de 1992, prevendo a realização do pleito em todos os municípios criados até o próximo dia 1º de maio.

A proposição que ora apresentamos inspira-se na iniciativa tomada pelo órgão competente nos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O primeiro adotou a medida realizando, dia 10 de novembro de 1991, plebiscitos em 99 distritos e bairros que tramitavam suas emancipações. Em Minas Gerais mais de 40 comunidades realizaram plebiscito numa mesma data. Ambas as experiências foram bem sucedidas.

Medida idêntica no Paraná virá beneficiar as comunidades que preencheram os requisitos exigidos e que obtiveram parecer favorável deste Poder Legislativo autorizando a realização de plebiscito, por isso propomos a definição de data única para o evento como forma de viabilizar a conclusão da tramitação de todos os processos em andamento, uma vez que após a realização do plebiscito, haverá necessidade de novo projeto de lei criando os municípios onde o resultado foi favorável, tendo para isso prazo até o dia 1º de maio.

Diante do exposto, solicitamos parecer favorável do douto Plenário.

#### REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, Ministro da Economia, Secretária de Abastecimento e Membros da Bancada Federal do Paraná, no Congresso Nacional, bem como ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Abastecimento, encarecendo a intervenção das autoridades supranominadas no sentido de restabelecer uma política de remuneração dos produtores de leite, mais adequada à realidade nacional.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pesem todas as vantagens referidas à economia de livre mercado, tem-se notado que os mecanismos de remuneração dos produtores de leite não se mostram adequados, quer do ponto de vista financeiro, quer do de justiça. Anteriormente, com a interferência do governo federal, através do órgão competente, havia uma correlação entre o custo do produto para o consumidor e a remuneração devida ao produtor, que girava em torno de 60% do primeiro valor.

Ocorre que tal mecanismo foi desativado possibilitando a geração de distorções quando da entressafra do produto, ocasião

em que, escudando-se no aumento de produção, os intermediários naturais do processo pagam uma remuneração por litro que não atende sequer aos custos de produção, chegando a pagar, em Cianorte-PR, apenas 30% do valor pago no final da venda, sendo que o consumidor não detém nenhum benefício com isto.

Assim sendo, espera-se das autoridades competentes, providências no sentido de que o Governo adote as medidas necessárias para que exista novamente uma relação entre o preço ao consumidor, que deverá continuar liberado, e a remuneração dos produtores, a fim de que não venha acarretar diminuição do leite à mesa do brasileiro, ocasionada pela falta de incentivo gerado pelo baixo custo percebido pelo produtor.

#### REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Comissão Organizadora da Conferência sobre o Mercosul; Meio Ambiente e Aspectos Fronteiriços - ECO-SUL 92, que será realizado de 23 a 27 de março, na cidade de Foz do Iguaçu, solicitando a participação de uma Comissão formada por três Parlamentares.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo o MERCOSUL assunto de fundamental importância para o nosso Estado, acreditamos ser imprescindível a participação de uma Comissão formada por três Parlamentares, para a defesa dos interesses do povo paranaense e, até mesmo, como forma de esclarecer aos demais Pares desta Casa de Leis, dúvidas que ainda persistam.

Estarão presentes a esta Conferência, representantes dos Estados integrantes do CODESUL, do Governo do Paraguai, Uruguai e Argentina, quando serão debatidas as relações do MERCOSUL e suas interações com o meio ambiente e aspectos fronteiriços, desde pontos de vista regionais até questões que envolvem o Cone Sul.

Neste sentido, temos certeza do apoio dos nobres Pares, visto que a presença de uma Comissão Parlamentar é indispensável para a obtenção de resultados e conclusões representativas dos Estados, Departamentos e Países envolvidos.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 050/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Poder Executivo dotará os

Batalhões Policiais Militares e as Subdivisões da Polícia Civil, de coletes à prova de bala, em quantidade suficiente que supra as necessidades de todas as delegacias, pelotões e destacamentos, nos municípios pertencentes ao Estado, a fim de que seja garantida a segurança dos policiais no combate ao crime.

Art. 2º - Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(a) MARIO BEZERRA

Apoiamento: DURVAL AMARAL e ALCEU SWAROWSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

O controle do crime é atividade de enorme risco, em que os policiais e mesmo suas famílias nunca têm a certeza de poderem retornar ao lar com vida.

Assim sendo, o Estado não pode se omitir em ações que assegurem a esses valerosos homens e mulheres o mínimo de segurança em seu trabalho. O Estado, não lhes podendo pagar o merecido salário a que fazem jus, deve ao menos propiciar-lhes todas as condições que lhe garantam retornarem vivos, após estafantes horas de trabalho expostos a um trabalho de alta periculosidade.

Convictos de justiça de nosso plano de lei, esperamos poder contar com o apoio de nossos colegas parlamentares quanto à sua aprovação, já que esta simples medida poderá garantir aos policiais militares e civis, melhores condições de trabalho e segurança.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, iremos hoje fazer uma grave denúncia no que se refere a intermediação de leite do produtor ao consumidor.

Dias atrás visitando o município de Cianorte em uma reunião do Sindicato daquela cidade tivemos a oportunidade de tomar conhecimento do que está acontecendo no setor. Para que os nobres Deputados tenham conhecimento do assunto queremos dizer que lamentavelmente o produtor, aquele que mantém a matriz, a propriedade, o trabalhador, e a propriedade evidentemente recebeu no mês de janeiro do corrente apenas 30% do valor ao consumidor, isto é, o produtor recebeu 150 cruzeiros por litro de leite enquanto que os consumidores pagaram no mês de janeiro 500 cruzeiros,

dando exatamente 30% do valor que nós os consumidores pagamos. É um absurdo o que vem acontecendo.

No passado, quando o Governo Federal mantinha controle de preço do produto o produtor rural recebia cerca de 60% do valor que o consumidor paga. Lamentavelmente quando da liberação, por um lado em que nós os consumidores estamos pagando mais caro o produtor vem recebendo esta quantia irrisória, insuficiente até para sua manutenção. E é nesse sentido, Senhores Deputados, que estamos encaminhando à Mesa para apreciação desta Casa um requerimento que tem o seguinte dizer:

(O requerimento já foi lido no expediente e tomou o número 168).

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho nesta tribuna na tarde de hoje para prestar esclarecimentos ao nobre Deputado Mário Bezerra que ontem, da tribuna desta Casa, veio se lamentar da viagem do Governador Roberto Requião ao Japão, dizia que não conhecia os objetivos da viagem. E no dia de hoje, Nobre Deputado Mário Bezerra, com o respeito que temos por V.Exa., temos aqui uma entrevista do Deputado e Secretário Homero Oguido concedida ao jornal GAZETA DO POVO, edição desta quarta-feira, entrevista concedida ontem quando Homero Oguido chegou também do Japão, onde, até então, integrava a comitiva do Governador Roberto Requião. E nesta matéria traz, exatamente, algumas informações a respeito da viagem.

Mas, nobre Deputado, eu gostaria de colocar algumas questões de direito. Notei que V.Exa. ontem reclamou da viagem, não gostou da viagem e na esteira do seu discurso entrou também o nobre Deputado Rafael Greca trazendo apoio alheio às suas lamentações, às suas lamúrias com respeito à viagem.

Acontece que em direito processual civil existe o princípio da preclusão, que é a oportunidade que a gente tem para falar do processo; não falando naquela oportunidade, ocorre a preclusão, ou seja, preclui a oportunidade da gente manifestar-se naquele processo. E o pedido da viagem do Governador Roberto Requião passou por esta Casa, foi aprovado por unanimidade, inclusive por V.Exa. pelo nobre Deputado Rafael Greca, então, me parece que não há mais oportunidade de estar se lamuriando da viagem. Foi aprovada por toda esta Casa.

Se não bastasse isso haveria, digamos

no caso de ter cometido um descuido na votação, culpa e poderia ter havido por parte daqueles que aprovaram a viagem e se lamentam, poderiam haver culpas "in vigilando", culpa, "in eligendo", culpa "in custodiendo", culpa "in omitendo", enfim, os vários tipos de culpas que existem em direito. Mas como acredito que nenhuma destas hipóteses ocorreu com o pronunciamento de V.Exa., entendo que o objetivo de V.Exa. foi exatamente buscar nesta Casa informações a respeito da viagem do Governador e nisto V.Exa. está correto, porque está desempenhando o seu mandato de parlamentar é com esse sentido que nós viemos nesta tribuna e com respeito que temos pela atuação de V.Exa., por V.Exa. e também pelo Deputado Rafael Greca, que nós trazemos aqui as informações e me permita V.Exa. eu prestar aqui os esclarecimentos e verá que a viagem do Governador tem se revestido do extraordinário êxito e grande sucesso, haja vista que ainda ontem eu mostrei aqui o jornal o Estado do Paraná que trazia uma fotografia do Governador recebendo uma comenda numa Universidade do Japão e os japoneses ficaram impressionados, entusiasmados com o vibrante discurso do Governador Roberto Requião, tanto que o convidaram para fazer palestras em universidades japonesas.

É o nome do Paraná que está sendo levado pelo Oriente, pelo Japão, pela China e projetando nosso Estado. Este Paraná que é o Brasil que deu certo.

É o nobre Deputado Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, ontem no jornal Gazeta do Povo ele disse o seguinte:

Que quando chegar ao Paraná, após sua viagem ao Japão e a China, o Governador Roberto Requião apresentará saldo positivo em suas negociações para obter recursos financeiros e apoio ao desenvolvimento do Estado.

É na verdade, também, nobre Deputado, todo mundo viaja. Prefeitos viajam constantemente para o Japão, para a Europa, em busca de tecnologia, para troca de novas idéias e ninguém acha ruim.

Por quê? Porque está se promovendo os municípios, se está promovendo o Estado. Eu mesmo quando Prefeito viajei para o Japão. Fiquei lá 30 dias. Como Deputado Federal integrei uma missão diplomática na China onde ficamos mais de trinta dias também procurando melhorar o relacionamento do Brasil com aquele grande País de um bilhão e duzentos milhões de habitantes, que tem 80% desta população na zona rural e conseguem produzir alimentos para um bilhão e duzentos milhões de pessoas.

Então nós temos muita coisa a aprender na China e temos muita coisa a aprender também no Japão. O Japão tem uma tecnolo-

gia bastante moderna em termos de tecnologia de alimentos, de agricultura e nós temos as terras agricultáveis e a China tem também o seu "know-how" de produzir alimentos para um bilhão e duzentos milhões de pessoas, daí a necessidade desta viagem, destes contatos e deste aprendizado.

Mas prosseguindo com a entrevista do Deputado, secretário Homero Oguido.

"Através da Agência de Cooperação Internacional do Japão, o Paraná conseguiu apresentar um total de 26 projetos para incrementar diversos setores paranaenses.

O maior número deles beneficia a agricultura, energia, transporte, educação e a tecnologia a fundo perdido, que é o que estão precisando os nossos Prefeitos, que estamos precisando para darmos assim uma arrancada ao desenvolvimento e combater esta recessão que está aí. O que eu não sei bem, Deputado, até agora, eu perguntaria se nós estamos numa recessão ou já estamos, efetivamente, numa depressão, Senhor Presidente?

Outro dia eu perguntava para um amigo, qual a diferença que ele entendia entre a recessão e a depressão, porque as fases do ciclo econômico são quatro: prosperidade, recessão, depressão e depois recuperação. É evidente que a depressão é um estado mais agravado do que a recessão. Mas me respondeu o meu amigo: a diferença entre recessão e depressão é o seguinte: recessão é quando seu vizinho perde o emprego e depressão é quando você perde o emprego. Você sente na carne o problema, a diferença fundamental entre recessão e depressão. Mas, prosseguindo, o próprio Governador Requião foi quem fez a sustentação de todos os projetos e já obteve do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a aprovação para sua execução.

Segundo o Secretário do Desenvolvimento Urbano do Paraná, Homero Oguido, que regressou do Japão com todas essas informações, o Governo paranaense deverá detalhar esses projetos até julho para poderem entrar no Orçamento do Governo japonês ainda este ano. Homero Oguido disse que Requião advogou bem em favor do Paraná. Isto aqui ninguém duvida. A gente conhece a capacidade de argumentação do Governador Requião. Ele está apresentando aos estrangeiros a posição financeira do Estado e acrescenta sempre: O Paraná é o Brasil que deu e dá certo. E agora vem rapidamente aqui notícia sobre a ferroeste. Recursos para a ferroeste. Segundo Oguido o grau de convencimento do Governador impressiona os japoneses. O Secretário contou que no final de algumas das inúmeras reuniões entre representantes dos Governos do Paraná e Japão, imediatamente eram criadas comissões mistas de trabalho para agilizar os projetos. Foi uma viagem de trabalho alta-

mente produtiva que trará ao Paraná a curto, médio e longo prazo, progresso e riqueza, assegura Homero Oguido. Em Hêogo o Governador do Paraná e o Secretário do Planejamento, Carlos Krüger Passos, estabeleceram convênios com o Governador Local Tochitami Kaiara, para troca de tecnologia, com o envio de profissionais paranaenses ao Japão para tratamento em diversos setores. Um dia antes do fechamento do acordo do Brasil como o Clube de Paris que já abordei aqui num discurso nesta semana passada e deu certo, o fechamento do Clube de Paris facilitou os entendimentos do Governador Requião com o governo japonês. Requião e sua comitiva iniciaram negociações com os representantes do Ecssy Bank. O Governador paranaense sondou a possibilidade de o Banco participar do projeto de construção da ferroeste. Requião abriu as portas do Japão para que o Paraná receba investimentos nos mais diversos setores, explicou o Secretário. Lutando por joint venture os Presidentes das cooperativas agrícolas de Rolândia e de Maringá, junto com Requião propuseram a instalação de agroindústrias com parceria entre empresários paranaenses e japoneses.

O Sr. Mário Bezerra - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu fico grato pelo seu esclarecimento, inclusive ao Deputado Oguido, por ter, acredito, ouvido as nossas cobranças ontem e vindo nos jornais dar as respostas que o Governador deveria dar.

Gostaria de solicitar de Vossa Excelência já que traz aqui as justificativas do Governo que se atentasse no discurso de ontem e me trouxesse as respostas mais objetivas possíveis com referência a Ferroeste, que eu fui muito claro, principalmente no pagamento das terras alagadas e na mudança do curso da estrada. Gostaria que Vossa Excelência me trouxesse as respostas do Governo com referência ao discurso de ontem.

E outra indagação também que eu solicito de Vossa Excelência já que está pronto a responder pelo Governo, a respeito da auditoria que o Governo fez junto à Secretaria de Comunicação Social e que até hoje o Paraná não conhece, e que desse o nome dos funcionários que estão envolvidos no superfaturamento de propaganda e de produção de propaganda.

Então, agradeço mais uma vez as suas explicações e ratifico o pedido para que na semana que vem Vossa Excelência traga na íntegra as respostas das minhas solicitações no meu discurso de ontem.

Muito obrigado.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Concedo, mas só me permita responder ao Nobre Deputado Mário Bezerra.

Nobre Deputado, eu também fico honrado com o seu aparte em me cobrar respostas a respeito da Ferroeste e desta questão da Assessoria de Comunicação Social. E eu, com muito prazer, trarei a Vossa Excelência esclarecimentos não só com respeito à Ferroeste e à Secretaria de Comunicação Social, mas também de outros aspectos que Vossa Excelência levantou no seu discurso de ontem e que não me dá tempo de responder a todas. Mas, atendendo à convocação de Vossa Excelência, disponho-me a trazer todas essas respostas aqui.

Com o aparte o Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Eu apenas queria sugerir a Vossa Excelência que tivesse um pouco mais de cautela com relação à questão da Ferroeste porque não é a primeira vez, nas vésperas das eleições, que o Governo do Estado do Paraná, seduz ou procura seduzir o eleitorado da região Oeste e da região Centro do nosso Estado com a promessa de que nós teremos efetivamente iniciada a construção desta ferrovia. Assim o foi no final da disputa do 1º turno nas eleições para Governador do Estado, o Projeto foi todo reformulado, está paralisado eu vi declarações do Secretário dos Transportes, dando conta que esta ferrovia será construída apenas com recursos do Tesouro do Estado do Paraná e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Então, nós até gostaríamos efetivamente que houvesse recursos dos bancos japoneses. Mas nós já tivemos também há poucos dias o Secretário dos Transportes em Nova York buscando recursos para a Ferroeste, e até hoje nós não vimos nada de concreto com relação a esses recursos, e inclusive o próprio Secretário já disse que não vêm recursos externos, ninguém sabe quem pagou essa viagem, quanto custou; e num momento desse de recessão, quando a população começa a ver essas viagens dispendiosas, em que elas efetivamente não trazem resultados em projetos e recursos concretos, aí sim o povo fica deprimido. Aí talvez seja uma das diferenças entre a recessão e a depressão porque além da queda da atividade econômica o povo fica ainda deprimido por ver que os governantes não agem com muita racionalidade no uso do dinheiro público nessas viagens que têm trazido efetivamente pouco de concreto ao Paraná.

Esperamos com toda a sinceridade que as nossas expectativas, a nossa descrença não seja efetivamente confirmada, e que oxalá! o nosso ilustre Governador, além de empolgar as platêias das universidades japonesas, consiga também empolgar efetiva-

mente os banqueiros japoneses que têm sido notadamente muito frios e calculistas com relação à questão financeira. Era isso e muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado, Deputado, pelo aparte de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Presidente, mais um minutinho que já estamos concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente nós não podemos ouvi-lo mais...

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência me credita só um pouquinho ....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou creditar e vou cobrar depois.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Certo. Mas fico honrado com o aparte de Vossa Excelência. Tenho mais um aparte ainda, Senhor Presidente, eu não sei se posso conceder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu incluo "ex officio" Vossa Excelência no Grande Expediente. Assim Vossa Excelência terá tempo necessário.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu estou autorizado no horário das Lideranças? Já esgotou também?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está, Mas Vossa Excelência agora está no Grande Expediente.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu cedo o Horário do PRN ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado, nobre Deputado. Mas, respondendo, nobre Deputado, eu agradeço o aparte porque realmente traz mais esclarecimentos a esta Casa. Vossa Excelência me recomenda a cautela, e com razão, porque diz o ditado que "cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém". Mas esteja certo Vossa Excelência que eu estarei agindo, não só com cautela, mas estarei ao lado da verdade, trazendo a esta Casa, a verdade dos fatos e justificar desde logo a Vossa Excelência: uma obra como a Ferroeste, uma obra gigantesca, uma obra arrojada, é claro que ela precisa ter diversos entendimentos internacionais. Não é apenas de uma viagem que se faz, que se vai resolver tudo a respeito de uma obra tão grandiosa como a Ferroeste e no mais, Deputado, uma viagem dessa em relação ao volume de recursos que uma obra dessas vai consumir, não significa nem milésimos do orçamento total da obra, de modo que as viagens são necessá-

rias para que se busque a melhor tecnologia, o melhor financiamento, o melhor projeto e as melhores condições para a obra.

O Sr. Lourenço Fregonese - Eu pedi um aparte, Deputado Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Tem o aparte, Deputado.

O Sr. Lourenço Fregonese - Realmente, o que o Deputado Ernani levantou, é um problema preocupante, no que se trata de Ferroeste. Uma vez já o Paraná foi ao Governo italiano conseguiu recursos, para a construção da Ferroeste e ela nunca veio. Mais uma vez o Governo do Paraná foi ao Canadá, conseguiu recursos para a Ferroeste e ele também não veio. Só que eu gostaria de parabenizá-lo pela sua defesa ao Governador. Nós acreditamos que o Governador traga alguns resultados dessa viagem, porque o Senhor nos fez lembrar os tempos medievais.

Nós no passado, tivemos um Rei Arthur, que tinha um cavaleiro que se chamava Lancelote, que o defendia em todos os momentos e o Senhor, nesta Assembleia tem feito justamente, além de reivindicações ao seu município, o Senhor tem defendido o Governador Requião, como o seu líder não o defende.

Então está de parabéns o Deputado Trevisan, por ter se travestido de "Cavaleiro da Távola Redonda" e protegido o rei, que se chama Requião.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado ao nobre Deputado, e inclusive eu quero agradecer o horário que Vossa Excelência me concedeu e dizer o seguinte: às vezes, essa demora na liberação de recursos internacionais, Vossa Excelência tem acompanhado, desde o início do Governo Collor, as difíceis relações do Brasil, o relacionamento difícil do Brasil com o mercado financeiro internacional.

Nós estivemos rompidos com o Fundo Monetário Internacional, com o Clube de Paris, com os investimentos japoneses, tudo porque nós tivemos dificuldades com o relacionamento da nossa dívida externa e sabe Vossa Excelência que o FMI é o verdadeiro avalista dos países no mercado financeiro internacional.

Quando um país qualquer vai reivindicar investimentos, o banco que vai conceder o financiamento consulta o Fundo Monetário Internacional, e o FMI, a exemplo dos SEPROC's aqui do comércio, verifica a situação do país ou não e o Brasil nestes últimos anos estava vetado pelo FMI. O FMI não dava os avais necessários para esses financiamentos.

Agora, com o nosso reencontro com o

FMI, o acordo com o Clube de Paris, a ida do Governador Roberto Requião ao Japão, o nosso reencontro com os japoneses, esteja certo, na certeza, esses recursos fluirão e a Ferroeste será uma realidade.

E importante e eu percebo, esta Casa toda tem interesse em que o Paraná tenha essa Ferroeste. Vamos todos nos dar as mãos e somar as nossas forças e a nossa criatividade, a nossa inteligência para que possamos trazer ao Paraná esses recursos, saindo a Ferroeste, será uma conquista do Governo e será uma conquista também deste Poder Legislativo.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede novamente um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Se o Presidente me permite?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está com trinta minutos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Posso conceder o aparte.

O Sr. Ernani Pudell - Eu concordo perfeitamente com os argumentos que Vossa Excelência esposou com relação às dificuldades que o Paraná tem em conseguir empréstimos internacionais, às custas dos problemas gerados a nível nacional, de financiamento, mas eu gostaria de lembrar alguns fatos, e, eu como um dos representantes da região Oeste do Paraná, acompanho com muita atenção essa novela que se criou em torno da Ferroeste.

Foram viagens internacionais para o Canadá, para a Itália, onde já se asseguravam recursos cada vez que as comitivas iam lá anunciavam que haveriam recursos italianos.

Foram viagens anunciadas para os Estados Unidos assegurando recursos. Agora novamente temos viagens anunciadas, digo, recursos anunciados do Japão às custas dessa viagem empreendida pelo Governador e sua comitiva.

Muitas vezes nós já ouvimos estas afirmações e a credibilidade que Vossa Excelência imputa ao Governo do Estado, faz com que este seu utilismo se revele dessa forma.

Agora gostaria de lembrar a Vossa Excelência que temos um problema muito sério no Estado do Paraná. Hoje o grosso de recursos para a construção da Ferroeste poderia e deveria vir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a nível nacional.

Todavia, a política suicida que o Governador Alvaro Dias aplicou no Estado do Paraná quando determinou a liquidação extrajudicial do BADEP em nosso Estado, im-

pediu que o Estado do Paraná pudesse captar, através da sua Carteira de Fomento e Desenvolvimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento, hoje empréstimos necessários à construção dessa Ferrovia.

Então, nós entendemos que é correto buscar capitais externos; mas, principalmente, precisamos regularizar a situação do BADEP, hoje a nível de Paraná, suas relações com o BNDES para que o Estado do Paraná se habilite novamente a receber os recursos que temos aqui assegurados e que não estão sendo obtidos e alocados nesse projeto exatamente pela situação em que se encontra o BADEP.

Então o esforço maior hoje para a captação de recursos para viabilizar efetivamente a Ferroeste está aqui no Brasil e não no Japão. Essa é questão fundamental.

E peço a Vossa Excelência, representante também aqui da Bancada governista, que sensibilize o Governador Roberto Requião, para que regularize imediatamente a situação do BADEP junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para que possamos, aí sim, iniciar a construção desta Ferrovia, porque já temos os recursos previstos do Tesouro do Estado no orçamento para a Ferroeste, desde o ano anterior, faltavam também os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aí com a obra sendo tocada para um segundo momento, para a aquisição da superestrutura desta obra, teríamos menores condições de adquirir essas linhas de financiamento externo, até porque os Bancos saberiam que, efetivamente, os trilhos já estavam sendo colocados. Aí os financiamentos para as máquinas, para as estações e para outros equipamentos que compõem a obra, ficariam muito mais fáceis para serem obtidos a nível internacional.

Então, eu peço a Vossa Excelência que transmita esse nosso apelo e essa nossa preocupação, para que sensibilize efetivamente o Governador do Estado do Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Levarei o seu pedido.

Desde logo esclareço rapidamente duas coisas: a liquidação extrajudicial de bancos não é determinada pelo Governador, mas sim pelo Banco Central. Segundo, o Governador Requião vem envidando esforços para solucionar da melhor maneira essa questão.

Sr. Presidente, encerro.

Agradeço o Horário do PRN, que me foi cedido, a atenção do Deputado Mário Bezerra. Só lamento que o Deputado Rafael Greca chegou um pouquinho depois dos nossos esclarecimentos, mas prestamos a Vossa Excelência as nossas homenagens também.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Excelência, fico muito agradecido pela sua lamen-

tação, mas leio diariamente os jornais; Vossa Excelência sempre reporta o que sai a respeito do nosso Governador nos jornais, de maneira que dispenso essas informações, embora eu continue insistindo que a bancada do Governo deva trazer resultados concretos da viagem ao Oriente para que esta Casa possa apreciar.

Quando os jesuítas, os exploradores iam ao Oriente, traziam riquezas para a pátria-metrópole, para a sede do poder, para a terra de origem; eu quero ver o que este "expresso oriente" vai trazer para ver se é digno dos navios da seda, que carregados de riquezas voltavam do Japão, no tempo de São Francisco Xavier, para a cidade de Roma e para o Império Português.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Mas Vossa Excelência esqueceu, ontem, nobre Deputado, de falar de Marco Antônio.

Vossa Excelência citou no seu discurso que foram os chineses que inventaram o macarrão, mas esqueceu só um pormenor, que foi na viagem de Marco Antônio à China, na sua volta ao mundo, em 1.200, que levou para a Itália o espaghete.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Eu acho que

Vossa Excelência está confundindo Tupi com Tamoio, porque Marco Antônio, parlamentar romano, fez um elogio de Júlio César, e o amante da Rainha Cleópatra viveu um pouco antes de Nosso Senhor Jesus Cristo. E o italiano que foi à China e que trouxe o macarrão para a Itália, chamava-se Marco Polo.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Está bonito.  
Eu vou prosseguir nesta discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ABORGHETTI (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, eu quero saber quantos minutos o orador vai ficar falando, quantos minutos não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado está falando no Horário do Grande Expediente, Pequeno Expediente e Horário das Lideranças.

Vossa Excelência faça o favor de ouvi-lo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - E eu estou ouvindo atentamente. Só quero saber quantas horas ele fala aqui.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, eu estou indo embora. Desculpem-me. A culpa da demora não foi minha. Eu agradeço os Deputados que participaram conosco deste discurso.

Meu muito obrigado, e volto numa outra oportunidade, para novos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Dois breves assuntos me trazem a Tribuna, nesta tarde, o Diário da Justiça do dia 28 de fevereiro, traz na íntegra a Resolução 17.845, do Superior Tribunal Eleitoral que em seu artigo 1º nos diz o seguinte: "As eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador serão realizadas simultaneamente em todo o País, no dia 03 de outubro de 1992.

Parágrafo Único - Na mesma data serão realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios que venham a ser criados até 1º de maio de 1992".

Esta Assembléia aprovou Lei Complementar modificando a Lei 56, quanto ao prazo de criação de novos municípios. Esta Lei Complementar, que foi, inclusive, através da derrubada de veto de decisão soberana desta Assembléia, vem de encontro a esta Resolução do Superior Tribunal Eleitoral.

Nós sabemos que alguns projetos ainda estão no Tribunal Regional Eleitoral, para a marcação das consultas plebiscitárias.

E nós, sabendo do curto espaço de tempo que existe para que estas comunidades possam se manifestar sobre a Resolução desta Assembléia Legislativa, estamos hoje, encaminhando Requerimento para que após ouvido o soberano Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a definição de data única para realização dos plebiscitos em todas as comunidades que atenderem os requisitos legais e cujos processos de emancipação aguardam a realização da consulta popular.

Nós temos exemplos do Rio Grande do Sul e do Estado de Minas Gerais, onde os respectivos Tribunais Eleitorais marcaram data única para que todas as comunidades pudessem, num mesmo dia, se manifestar sobre esta independência das suas próprias comunidades.

No Rio Grande do Sul, realizou-se um plebiscito num mesmo dia para 99 Distritos que se manifestaram sobre a sua independência.

Em Minas Gerais também realizou-se esse mesmo plebiscito para mais de quarenta comunidades, pretendendo dessa forma assumir a responsabilidade das decisões desta Assembléia, dando condições para que todas as comunidades que receberam o parecer favorável, possam ainda em tempo realizar os plebiscitos e terem condições de realizar as eleições Municipais no dia 03.10.

Também temos informações de que não

são muitas comunidades que tenham ainda essas condições, e talvez não atinjam uma dezena que dependem ainda da marcação do plebiscito.

E, outro assunto que queremos levantar nessa oportunidade, é a questão da agricultura do Oeste do Paraná. Estamos aguardando mais um pacote agrícola do Governo Federal.

O Oeste do Paraná já começou a colheita da safra de verão e mais uma vez os agricultores estão decepcionados pela falta de definições e regras quanto à comercialização.

O agricultor brasileiro atendeu o apelo do Governo, e fez o plantio das culturas. E o Governo está, ao invés de trazer as medidas a tempo para dar condições de comercialização, está apenas preocupado em anunciar mais uma super safra que está nas Manchetas, mas não vai acontecer na realidade.

(E lhe retirado o som).

Vamos aguardar esse pacote para na próxima semana podermos fazer uma análise sucinta sobre as medidas que serão anunciadas, porque o agricultor paranaense, o agricultor do Oeste do Paraná está colhendo algodão e não tem comprador, está vendendo abaixo do preço mínimo, está colhendo milho, e, o preço do milho que é de dez mil e trezentos cruzeiros, não corresponde porque as firmas compradoras pagam apenas sete mil cruzeiros.

Queremos, após a edição desse pacote, que esperamos que venha a atender a expectativa da agricultura, fazer um pronunciamento para que se conforme ou se reclame as medidas que o agricultor merece e espera, após ter plantado e agora na colheita, ter o resultado do seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o nobre e ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deputado Trevisan. Eu não discordo de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência vem à Tribuna desse Parlamento discutir, divagar sobre a viagem de Sua Excelência, o Governador do Paraná, Roberto Requião.

Ouvi atentamente diversos apartes.

Aparte do Deputado Ernani Pudell, das suas preocupações, ouvi atentamente o aparte do Deputado Mário Bezerra e do Deputado Fregonese.

Eu acho que todo o político, quando imbuído de caráter, de serenidade, de respeito de credibilidade, ele tem o direito de viajar e de buscar soluções para o seu Estado e também para o seu Município.

Mas acho que essas soluções, Deputado

Trevisan, deveria o Senhor Governador resolver tão logo chegasse da sua viagem, porque não adianta, entenda, eu estou conversando, não adianta o Deputado meu particular amigo Homero Oguido, ir à Gazeta do Povo divagar as suas idéias da sua viagem ao Japão porque o povo não lê jornal.

Há necessidade de que ele venha à Tribuna desta Casa, ocupe um horário de televisão, uma emissora de rádio, e também publique nos jornais, mas explique, traga documentos e que esses documentos sejam apresentados a todos os Partidos Políticos desta Casa de Leis, o que nesses documentos se comprovem a realidade daquilo que foi conveniado, daquilo que foi acertado, daquilo que foi feito nesta viagem, e que realmente venha de encontro ao Estado do Paraná.

Sabe por quê, meu querido Deputado Trevisan? Eu que tenho viajado com Vossa Excelência e já viajei muitas vezes por este Paraná, sabe Vossa Excelência que a gente fica desacreditado de ver tanta injustiça social neste País, de ver tanta ladroagem, de ver tanto roubo, tanta pouca vergonha, tanta pilantragem, você fica preocupado.

O meu Prefeito de Londrina vai fazer a sua viagem, eu não o condeno, eu acho que ele tem que ir, vai buscar recursos para a minha cidade; e é claro, quando ele chegar eu serei o primeiro a estar dentro do seu gabinete.

Gostaria que ele fosse à Câmara Municipal, fosse à Folha de Londrina, ao Jornal de Londrina e ao terceiro Jornal que nasceu hoje em Londrina, o Correio Londrinense, a minha cidade ganhou mais um jornal, e falasse também através do rádio, na televisão, as suas conquistas para a minha cidade.

Eu acho louvável a viagem, mas eu acho também louvável que quando se chegue da viagem não apenas o PMDB tenha acesso às informações, mas o Plenário desta Casa.

Todos os Partidos Políticos têm que ter acesso, saber na realidade o que aconteceu na viagem. Não o condeno, acho que ele tem o direito de viajar, de buscar soluções, buscar empregos, trazer soluções para o Estado do Paraná, porque realmente o Estado do Paraná necessita de soluções.

Não estou criticando, acho louvável, apenas gostaria que quando ele chegasse viesse a esta Casa e mostrasse, como disse o Deputado Ernani, o Deputado Fregonese, não é só a FERROESTE que tem problemas, não!

Hoje, se o Senhor olhar o Correio Londrinense na primeira página, o senhor vai ver a vergonha da minha cidade, a cadeia pública, o cadeião de Londrina no centro da cidade, dezenas de aidéticos lá dentro,

a cadeia superlotada.

Eu estou cansado Deputado de eleição em eleição ouvir que vai ser resolvido o problema, que vai ser solucionado o problema, que nós teremos o maior complexo policial da história policial deste País em Londrina.

Eu não vejo nada disso, nada, o IML lá está funcionando a trancos e barrancos, como se fosse a a casa da sogra, a cadeia no centro da cidade, um monumento velho, arcaico, construído há 200 anos atrás, com aidéticos que não têm hospital para recolhê-los, conforme denuncia hoje o "Correio Londrinense".

E a gente fica chateado de ver em Brasília, Ministro desfilando de cadela, no valor de 100 mil dólares, outro porque ganhou 30 mil dólares para fraudar e você vê tanta pouca vergonha, tanto desmando neste País que eu acho direito de nós lhe apartarmos e dizer a Vossa Excelência que não é só a FERROESTE que precisa de solução no Estado do Paraná; nós precisamos de solução: na agricultura, na área social, na área de segurança pública (muito mais ainda) meu caro Deputado! Nós precisamos de solução na área de saúde.

O Senhor viu hoje o Secretário da Saúde - Dr. Nizan, dizendo em todos os jornais que a cólera vai invadir o Estado do Paraná. É uma violência, Deputado!

Então nós precisamos nos preocupar, não só com a FERROESTE, nós temos que nos preocupar com uma série de problemas que atravessa o Estado do Paraná. E oxalá, Deus permita, que o Governador de Vossa Excelência, o Governador do meu Estado realmente traga soluções, mas não só para a FERROESTE, traga soluções num conteúdo global. Traga soluções para todos os problemas que afligem a família brasileira do Estado do Paraná.

Finalizando, eu acho que cada um tem o direito de fazer a sua viagem, de buscar soluções, de brigar, de gritar e de lutar pelos seus ideais. É a minha maneira de pensar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Concedo a palavra no Horário do PST ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTARIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Requerimento nº 171.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se transcreva em ata o editorial "Resgate Político", publicado pela "Folha de Londrina" na edição de hoje, propondo, por isso,

simultaneamente, um voto de louvor à direção do referido órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Sempre muito acreditada, a opinião da "Folha de Londrina" exerce especial fascínio e grande influência junto ao seu público leitor, que já se habituou à credibilidade desse veículo de comunicação, em mais de 4 décadas de circulação. E, no editorial aqui considerado, o jornal confirma o peso de sua avaliação politicamente equidistante, quando aprecia a qualidade do programa de rádio e televisão levado ao ar na última segunda-feira, 9, em cadeia nacional, pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Não é intenção do parlamentar que assina ao final, estender-se a respeito dos diferentes aspectos daquela audição, por que deseja limitar-se ao fulcro da avaliação feita pelo jornal, quando assinala, no judicioso artigo, que o programa resgatou a imagem do político e da política.

O editorial também considerou, com muita propriedade, que, "se ao lado de uma boa produção de tevê há, igualmente uma boa proposta, se a mensagem que se passa é positiva, como foi o caso, tem-se uma alternativa boa. Como programa para os meios de comunicação e, quem sabe, como possibilidade para o eleitor, já bastante desanimado com os políticos".

Por tais motivos, formulamos este requerimento, propondo a transcrição do mencionado editorial nos anais desta Assembleia, com o registro de um voto de louvor à "Folha de Londrina" pelo teor da publicação.

"RESGATE POLÍTICO

Neste verdadeiro festival de programas políticos que têm sido apresentados, duas vezes por semana, em cadeia nacional de rádio e televisão, o Partido Social Trabalhista, do ex-governador Alvaro Dias, foi sem dúvida, uma exceção. O fato de o ex-Governador ser o condutor do programa e a centralização dele nas obras do seu Governo podem se vistos sob uma ótica crítica. A impressão é a de uma divulgação personalista em excesso. Entretanto, considerando que o objetivo era o de mostrar "que é possível fazer" na administração pública, sem burrias ou fraudes, pode-se entender a linha editorial da audição.

E não há como negar que, ao final, houve um resgate da imagem do político e da política, num programa que não teve "pára-quedistas" e em que a única presença de um prócer de outro partido - no caso, o governador Roberto Requião, que ainda diz ser do PMDB - foi justificada pelo testemunho sobre aquilo que o PST queria evidenciar, o Governo Alvaro Dias.

Faltaram ao programa propostas do PST como um partido político que, naturalmente, objetiva conquistar votos e cargos no pleito deste ano.

O que ficou foi mais uma mensagem subjetiva: se o presidente atual do partido, como governador, conseguiu realizar muito e com gasto menor, seus correligionários seguirão o mesmo padrão. Mas é óbvio que isto fica vago.

Entretanto, foi a verdadeira apresentação do PST ao público. Comparando com o que os outros partidos vêm mostrando, inclusive o velho PMDB - em recente audição que teve como "âncora" seu presidente, Orestes Quêrcia - o PST teve um saldo melhor. Até o fato de deixar a expectativa sobre sua plataforma, seus futuros candidatos, acaba por ser positivo. Ficam muitas lições. Entre elas a que se pode fazer um programa político que não seja monótono e destituído de atrativos. E isto é vital. O tempo dos comícios se foi.

Hoje a campanha eleitoral se faz pelo veículo eletrônico, que entra nas casas, que ocupa um espaço nobre e que, por isto mesmo, tem de ser adequado a esta época. Claro que isto não é tudo.

Mas se ao lado de uma boa produção de TV há uma boa proposta, se a mensagem que se passa é positiva, como foi o caso, tem-se uma alternativa boa. Como programa para os meios de comunicação e, quem sabe, como possibilidade para o eleitor já bastante desanimado com os políticos."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL  
Declina.  
PRN - Declina.  
PL - Declina.  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 017/92, subscrito pela Senhora Deputada Emília Belinati, comunicando sua ausência no período de 12 a 23 do corrente mês, em virtude de convite encaminhado a esta Presidência pelo PROGRAMA PARANÁ - EUROPA. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio dos Senhores Deputados Durval Amaral e Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a inversão total para discussão e votação na Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Durval Amaral, Dobrandino da Silva, Eurides Moura e Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nº 507 e 513/91, bem como 16, 17 e 24/92. Prejudicado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria o Município de Nova Esperança do Sudoeste, conforme o resultado de consulta plebiscitária, desmembrado dos Municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORAVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 20.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Este projeto de lei cria o Município de Nova Esperança do Sudoeste, cujo território é desmembrado dos Municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra. Já houve o plebiscito, cujo resultado foi pela sua criação, conforme comunicação do Juiz Eleitoral da 14ª Zona.

O processo encontra-se devidamente instruído.

Somos pela sua aprovação e o devido encaminhamento ao Plenário da Casa, para a douta decisão dos Senhores Deputados.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria o Município de Saudade do Iguaçu, conforme resultado de plebiscito e adota outras providências. Com PARECER FAVORAVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 17/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Batista Arruda, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que cria o Município de Saudade do Iguaçu, conforme resultado de plebiscito e adota outras providências.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa.

Da mesma forma, atende os preceitos

contidos na Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, que trata da criação de municípios no Estado do Paraná.

Assim, nada havendo a acrescentar, opino pela aprovação do presente Projeto. E o parecer!

Sala das Sessões, em 10.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/92, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que altera a Lei nº 9.300 de 18/06/90, corrigindo o nome e as divisas do Município de Flor da Serra, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 016/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Arruda, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que altera a Lei nº 9.300, de 18/06/90, corrigindo o nome e as divisas do Município de Flor da Serra, conforme especifica.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

O presente visa alterar o nome para "Flor da Serra do Sul", em atendimento ao ofício do IBGE que informa da existência de um topônimo que denomina Unidade Político-Administrativa no País.

Desta forma, não ocorrendo nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do projeto.

E o parecer!

Sala das Sessões, em 10.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES

Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que cria o Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Qual é o item da pauta que nós estamos votando Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Item 04 folhas 01.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agora é a vez do 09.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aliás, houve um equívoco, é folhas 02 do avulso. Aprovado o Substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que revoga a Lei nº 9.311, de 05 de julho de 1990 e cria o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL - Qual o item, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o 09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica, com sede e foro na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 312/91, de autoria dos Deputados ALGACI TOLIO e EMÍLIA BELINATI que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 11 (onze), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 312/91.

Artigo Único - O Art. 4º, do Projeto de Lei em epígrafe, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte composição:

I - Quatro representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o titular da Pasta à qual está diretamente afeta a ciência e tecnologia, na qualidade de membro nato;

II - Um membro da comunidade tecnológica, indicado pelo Centro de Integração e Tecnologia do Paraná;

III - Um membro da comunidade científica, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria

Regional do Paraná;

IV - Um membro da comunidade empresarial, indicado pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) em conjunto com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP);

V - Um membro da comunidade trabalhadora, indicado por um fórum que congregue suas entidades de classe.

Parágrafo Único - Todos os membros indicados deverão ter reconhecida competência científica e tecnológica."

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Durval Amaral, Dobrandino da Silva, Eurides Moura, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A presente modificação deve-se a uma correta interpretação do dispositivo constitucional, que determina a paridade de representação entre o Poder Executivo, de um lado, e as comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora. Ocorre que, da maneira como foi posta, a composição não ofereceria paridade, pois contra quatro representantes do Poder Executivo, antepunha-se dezesseis membros das demais categorias, desatendendo-se, assim, o princípio a ser atendido.

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 9º, § 1º, DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - O § 1º do art. 9º do Projeto de Lei nº 312/91, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 9º...

§ 1º - O cargo de presidente do CONCITEC será exercido pelo Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Severino Félix, Domingos Carvalho, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

O CONCITEC é vinculado à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ciência e Tecnologia e, como todos os Conselhos da Administração Estadual, deverá ser presidido pelo titular da Pasta à qual se vincula, já que as políticas e ações governamentais na área da ciência e tecnologia devem ser compatíveis com as diretrizes e programas de Governo, inclusive aprovados pela população, quando da eleição de seus mandatários. Além do que os recursos a serem geridos pelo CONCITEC são oriundos do Tesouro Estadual.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03.

Art. 1º - O art. 1º do Projeto de Lei nº 312/91, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC, Órgão vinculado a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ciência e Tecnologia, criado pelo decreto nº 4.230 de 06 de novembro de 1984, alterado pelo Decreto 635 de 05 de junho de 1987, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Severino Félix, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta pelo texto original do art. 1º do Projeto cria, apesar de não dizê-lo expressamente, autarquia, ferindo de forma inequívoca, o art. 66, IV, da Constituição Estadual e art. 61, § 1º, II, "c", da Constituição Federal, que estabelece como de iniciativa privada do Governo do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

EMENDA MODIFICATIVA DO ART. 4, DE PLENÁRIO DE Nº 04.

Art. 1º - O Art. 4º, do Projeto de Lei nº 312/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte formação:

I - Oito representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o titular da Pasta à qual está diretamente afeta a ciência e tecnologia, na qualidade de membro nato;

II - Dois membros da comunidade tecnológica, indicados pelo Centro de Integração e Tecnologia do Paraná;

III - Dois membros da comunidade científica, indicados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria Regional do Paraná;

IV - Dois membros da comunidade empresarial, indicados pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) em conjunto com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP);

V - Dois membros da comunidade trabalhadora, indicados por um fórum que congregue suas entidades de classe.

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Severino Félix, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

O art. 205, parte final da Constituição Estadual, estabelece que a receita a

que se refere será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora.

Na forma proposta, o texto não cumpre a paridade prevista na Constituição Estadual, vez que não garante o Poder Executivo 50% dos membros do Conselho, sendo, portanto, inconstitucional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05  
O § 2º do Art. 9º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91 passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 9º - ...

§ 2º - Os cargos da Diretoria são de nomeação do Governador do Estado, indicados em lista triplíce elaborada pelo Conselho Deliberativo".

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamto: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Severino Félix, Oswaldo Trevisan.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Suprima-se do § 2º do Art. 9º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91 a expressão:

"... e serão preenchidos por decisão dos membros referidos no artigo 4º desta Lei".

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamto: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Severino Félix, Oswaldo Trevisan.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Suprima-se do Art. 5º do Projeto de Lei nº 312/91 a seguinte expressão: "... permitida a recondução".

Sala das Sessões, em 11.03.92

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamto: Carlos Simões, Alceu Swarowski, Eurides Moura, Domingos Carvalho, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Severino Félix, Oswaldo Trevisan.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

O inciso V do art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - ...

V - Quatro membros da comunidade trabalhadora, um indicado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná (FETIEP), um indicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) e dois indicados

Curitiba, quarta, em 11.03.92

por um fórum que congregue suas entidades de classe".

Sala das Sessões em 11.03.92

(a) EMÍLIA BELINATI

ALGACI TOLIO

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

O § 2º do Art. 9º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91 passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 9º - ...

§ 2º - os cargos da Diretoria são de nomeação do Governador do Estado, indicados em lista triplíce elaborada pelo Conselho Deliberativo".

Sala das Sessões, em 11.03.92

(aa) ALGACI TOLIO

EMÍLIA BELINATI

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Suprima-se do § 1º do Art. 9º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91 a expressão:

"... e serão preenchidos por decisão dos membros referidos no artigo 4º desta Lei".

Sala das Sessões, em 11.03.92

(aa) EMÍLIA BELINATI

ALGACI TOLIO

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Suprima-se do Art. 5º do Projeto de Lei nº 312/91, a seguinte expressão:

"... permitida a recondução".

Sala das Sessões, em 11.03.92.

(aa) EMÍLIO BELINATI

ALGACI TOLIO

O Projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça.

O Projeto está em discussão.

Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino, que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.A.I.C., e C.S.P., SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 282/91

EMENDA SUBSTITUTIVA APRESENTADA  
PELA BANCADA DO PT

P A R E C E R :

A presente emenda visa conceder caráter meramente autorizatório ao plano de lei original, razão única para a alteração

da redação de seu artigo 1º.

No mais o teor original do projeto restou inalterável, motivo pelo qual, reportando-nos ao parecer anteriormente emitido, opinamos no sentido de que o novo texto seja levado à soberana apreciação do Douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Moradores e amigos dos Bairros de Curitiba, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 271/86, que cria o Município de Pinhais, com território desmembrado do Município de Piraquara e divisas do atual distrito administrativo. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 271/86

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, o Município de Pinhais, com território desmembrado do Município de Piraquara, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas:

"Começa na confluência dos Rios Atuba e Iraí (antigo leito) sobe por este rio em direção a Nordeste até encontrar o Rio Canguiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção Nordeste até a PR-410 (Estrada Graciosa), por esta direção à Oeste segue até chegar ao Rio Atuba, a partir de onde segue por este ao sul, até a confluência com o Rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório.

#### MEMORIAL DISCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

Tem como ponto inicial o cruzamento da Rodovia PR-415 ou rodovia João Leopoldo Jacomel com a Estrada de Ferro RFFSA, por esta até o limite Leste dos loteamentos Bois De Boulogne e Vila Amélia até a Rua Marechal Floriano por esta até encontrar a Rua Humberto Alencar Castelo Branco, pela qual segue em sentido Sul, numa distância de 1.522 metros antes de chegar na Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto por uma linha seca de sentido Oeste, alcança o Rio Palmital, pelo qual

sobe até encontrar a Estrada, pela qual segue até encontrar o Rio Atuba, pelo referido rio até alcançar o Rio Iguaçu por este até encontrar o Rio Iraí, por este até o limite leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a Rodovia João Leopoldo Jacomel e por esta até o cruzamento com a Estrada de Ferro RFFSA, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI

Presidente

EURIDES MOURA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 014/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 566/91, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que cria o Município de Itaipulândia, desmembrado do Município de São Miguel do Iguaçu. Relatório a C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 01/92

Curitiba, 02.01.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 389/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 566/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo criar o Município de Itaipulândia, desmembrado do Município de São Miguel do Iguaçu e com sede no Distrito de Aparecidinha do Oeste, com os limites e confrontação que especifica.

O Projeto de Lei em causa não pôde merecer acolhimento face a grande preocupação do Governo do Estado pelo excessivo número de municípios que vêm sendo ultimamente criados em território paranaense, muito dos quais sem as condições necessárias ao pleno exercício da autonomia a eles constitucionalmente conferida.

Tal assertiva confirma-se também pela preocupação desse Poder Legislativo, onde, segundo se noticia, existem estudos com vistas ao advento de lei complementar estabelecendo critérios que assegurem os municípios novos, fatores essenciais capazes de ensejar progresso e desenvolvimento e que possam ainda proporcionar melhores condições de vida às populações atingidas.

Entendimento diverso seria mera ilusão, pois ao invés de propiciar-se vanta-

gens, estar-se-ia criando sérios problemas à comunidade.

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

O Projeto de Lei nº 566/91, encontra-se publicado no D.A. nº 161/91, de 03.12.91.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 14/92

P A R E C E R.

A proposição em tela, encaminhada a esta Casa através do Ofício nº 01/92, de 02 de janeiro de 1992, traz veto apostado ao Projeto de Lei nº 566/91, que visa criar o Município de Itaipulândia, desmembrado do Município de São Miguel do Iguçu, e com sede no Distrito de Aparecidinha do Oeste e com os limites e confrontações que especifica.

O veto apostado encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, diante das razões apresentadas encontra-se a presente matéria em condições de ser submetida à apreciação pelo Plenário desta Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
DURVAL AMARAL  
Relator

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece ao Plenário para a votação das Proposições 14/92, Veto apostado ao Projeto de Lei 566/91 adotará o disposto pelo § 4º do Artigo 71 da Constituição Estadual ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário, que procederá à chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá se dirigir à Mesa onde receberá a sobrecarta rubricada pelo Sr. 1º Secretário.

A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável em cujo interior encontrará as cédulas de votação contendo as expressões SIM e NÃO.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar votando com a cédula SIM.

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação a cédula NÃO.

Após haver feito a sua opção de voto,

o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto com a consequente aprovação do projeto será necessário que 28 (vinte e oito) Senhores Deputados votem NÃO, conforme previsão na parte final do § 4º, Artigo 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início à chamada nominal para a votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Com relação à apreciação do projeto que sofreu o veto do Senhor Governador, eu conversei com o Senhor Governador por várias vezes e ele disse a posição pessoal do Governo, ou seja, era pela não-criação desses novos municípios e, por isso, ia vetar, mas disse S.Exa. que, como a Assembleia Legislativa é soberana, os Deputados assim deveriam proceder pela derrubada ou não do veto. Disse ele também que poderíamos derrubar o veto, aqui na Assembleia.

Eu conclamaria, Senhor Presidente, aos Senhores Deputados que votassem pela derrubada.

Eu faço parte do Partido do Governo e tenho sido sempre fiel ao Governo naquilo que diz respeito ao povo do Paraná, mas considerando as aspirações dessas comunidades de terem a sua autonomia, eu gostaria de contar com a presença de todos os Senhores Deputados votando pela derrubada do veto que, assim, atende, como eu disse, os interesses dessas comunidades. E não é apenas esse Distrito de Itaipulândia que quer se emancipar; são vários distritos do Paraná que se encontram nesta Casa de Leis e eu tenho certeza de que a posição dos Senhores Deputados, realmente, a grande maioria, e por atender na verdade a criação dessas comunidades. Eu gostaria de contar com o apoio dos Senhores Deputados neste momento tão importante para a vida dessas comunidades. A decisão está aqui na Assembleia pelas suas emancipações.

Portanto, eu agradeço e respeito a posição de cada um dos Senhores Deputados, mas gostaria de contar com o apoio porque atendemos as aspirações dessas comunidades.

Por outro lado eu gostaria de destacar a presença da comissão de emancipação dessa comunidade, que é de Aparecidinha do Oeste, na pessoa do Vereador João Kazmirczak junto com a comissão que está aqui conclamamos aos Senhores Deputados para que apoiem aquelas comunidades na criação dos seus municípios.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Nós da Bancada do PT, da mesma forma, queremos pedir aos Senhores Deputados que votem não ao veto apostado pelo Senhor Governador do Estado com relação à criação do Município de Itaipulândia.

Eu quero aqui apenas registrar, até porque é do conhecimento e é o posicionamento de alguns parlamentares, um posicionamento crítico com relação à criação de municípios que, efetivamente, não têm condições, principalmente econômicas de sustentação financeira para viabilizar a instalação de novos municípios no Estado do Paraná. Todavia, o Distrito de Itaipulândia hoje está, pelo alagamento que ocorreu pela Usina de Itaipu, praticamente isolado do Município sede, que é o Município de São Miguel do Iguaçu.

Portanto não tem mais laços econômicos, culturais, sociais com o município sede. E mais do que isto, Itaipulândia goza de sua situação privilegiada porque com a criação desse município terá acesso a uma parte dos "royalties" a serem pagos pela Itaipu e terá plenas condições de se desenvolver, de criar as suas estruturas e manter as suas estruturas de serviços básicos.

Quem conhece Itaipulândia sabe que é uma região rica, formada por pequenos agricultores, que é carente em termos de serviços básicos, a maioria deles existem apenas no município sede, ficando muitas vezes impossibilitados de se deslocarem até a sede do município.

Portanto, nós entendemos que hoje esse Distrito tem as condições efetivas e concretas para se autogerir e mais do que isso terá fundamentalmente condições financeiras e a determinação da sua comunidade para efetivamente implantarem e consolidarem o município.

E nós da Bancada do PT que somos em tese favorável a todas as formas de descentralização de poder, neste caso concreto, existindo as condições ideais para instalação, nós votaremos também favoravelmente a criação do município e portanto votaremos não ao veto do governador e conclamamos os demais parlamentares a seguirem o mesmo entendimento e o mesmo posicionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.  
(Votação).

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal para a votação secreta do veto).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 42 Srs. Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Dobrandino da Silva, Ernani PudeLL e Neivo Beraldin para a comissão es-  
crutinadora.

(Faz-se a contagem de votos).

Votaram 42 Senhores Deputados.

38: Não.

04: Sim.

Rejeitado o veto.

Fica aprovado o projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 113/91, que altera a Lei nº 8.933 de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 475/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 418/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 514/91, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre alterações à Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, que trata do ICMS. O veto apostado incidirá sobre as disposições constantes do "caput" do art. 4º e sobre as alterações 24ª e 25ª, constantes do art. 1º.

O art. 4º não pôde merecer acolhimento tendo em vista que a Lei originária do ICMS - Lei nº 8.933, de 1989 - deixou de fora a hipótese de importação do exterior de bens e mercadorias adquiridos por pessoas físicas.

Essa omissão, além de prejudicar o Erário, trouxe inúmeras distorções na sistemática do tributo. Um bem importado passou a ter carga tributária significativamente inferior ao produzido no próprio País e o trazido por pessoa jurídica. As consequências não tardam: o Brasil inteiro passou a importar produtos pelo Paraná.

Dai a proposta do Executivo de inclusão expressa na lei dessa hipótese de incidência, ora confirmada pela douta Assembleia Legislativa por via da alteração 1ª.

Sanado o equívoco, não vejo razão para continuar a amparar a tal situação por mais um período de tempo, relativamente a importações feitas nessas condições. É que a maioria desses negócios foi realizada

para elidir a incidência fiscal - não por motivos econômicos ou de mercado. Não é comum indivíduos passarem e regularmente comprarem no exterior bens e mercadorias. Em verdade, tais importações só formalmente foram realizadas por pessoas físicas, porquanto estas apenas substituíram os verdadeiros importadores - as pessoas jurídicas devidamente aptas para esse mister.

Se o fato imponível no caso é a entrada do bem no estabelecimento destinatário ou o seu recebimento pelo importador (art. 1º, I), então anulemos de pronto essa lacuna legislativa, deixando que os fatos sejam regulados pela lei vigente ao tempo de sua ocorrência, como aliás, recomenda o Código Tributário Nacional e toda doutrina que lhe dá sustentação.

As alterações 24ª e 25ª, contidas no art. 1º, foram vetadas embora a proposição constasse no anteprojeto de lei deste Executivo - por sugestão da Secretaria da Fazenda - penso não atender ao interesse público uma modificação desse jaez neste momento.

E que, possibilitando os dispositivos ampliação do período de quitação do tributo, o Governo do Estado ver-se-á fortemente pressionado a conceder dilação geral dos termos de vencimento do imposto, pois a fase recessiva por que atravessa a economia brasileira é generalizada e atinge praticamente todos os setores da atividade produtiva. E fica muito difícil, além de discriminatório, conceder benefício a uma ou outra empresa ou a um ou outro grupo de contribuintes.

Como o Estado do Paraná de há muito tem uma política conservadora em matéria tributária, praticamente não mexendo nos prazos de recolhimento do ICM (ora ICMS), não vejo razão para suscitar essa questão agora, acenando aos contribuintes com a facilidade trazida pelo permissivo legal. E as finanças do Estado não comportam prorrogações gerais do pagamento do ICMS, porquanto as despesas não podem ser igualmente adiadas.

Respeitante à alteração 25ª (prazo largo de pagamento para atender projetos de desenvolvimento), penso que a norma pode conduzir o Paraná a entrar na indesejada "guerra fiscal", contrariando a dicção da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que veda a concessão de incentivos ou favores fiscais com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte a redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus. (Art. 1º, inc. IV). E o Paraná tem procurado ficar à margem dessa política vesga adotada por algumas federadas, que ao fim e ao cabo comprometem o próprio orçamento fiscal.

E a demonstração de que o Paraná está

certo na adoção dessa política se formaliza no estágio atual de suas finanças: um dos únicos entes federativos a encerrar o exercício financeiro com perfeito equilíbrio entre receita e despesa. Não se pode dizer o mesmo da quase totalidade dos demais Estados brasileiros.

De qualquer modo, incentivo dessa natureza deve ser avaliado em conjunto pelo Poder Executivo e Poder Legislativo, motivo por que entendo deva ser ele sempre formalizado em lei e nunca em ato administrativo de responsabilidade exclusiva do Governador.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 514/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício DTL/SAT/475/91, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 09/92, aposto ao Projeto de Lei nº 514/91 de autoria do Poder Executivo que, através da Mensagem nº 113/91 altera a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

O veto foi parcial e aposto dentro do prazo regimental.

Com relação ao não acolhimento do "caput" do art. 4º, as razões explicitadas não devem merecer acolhida. Não é possível aplicar retroativamente a Lei, alterando situação jurídica existente quando da celebração do contrato, principalmente quando prejudicial ao indivíduo: Princípio da Retroatividade da Lei.

O veto aposto nas alterações 24ª e 25ª trata da ampliação do prazo para recolhimento do imposto dos contribuintes já cadastrados e daqueles que pretendem instalar-se no Estado.

Ora, todos os cidadãos estão sentindo os graves efeitos da recessão. Muitas empresas não estão conseguindo manter-se em funcionamento devido a pequena demanda e aos altos e numerosos impostos recolhidos.

A dilação dos prazos de recolhimento, não causaria maiores danos às finanças estaduais e, em contrapartida, daria "fôlego" para que os empresários pudessem gerenciar melhor seus negócios e com isto, manterem-se em funcionamento, não aumentando ainda mais o número de desempregados no Estado.

Quanto ao incentivo à implantação de novas empresas no Paraná, é preciso se ter uma visão mais ampla. Ao governo, a instalação de novas empresas só contribui para o enriquecimento do Estado, visto que gera negócios, amplia o número de empregos, sem contar com o crescimento do Paraná no cenário econômico nacional.

Não se pode ter um projeto de desenvolvimento imediatista. Para atrair-se os investimentos é necessário que a empresa interessada sinta que este é o melhor lugar para iniciar seus negócios.

A ampliação do prazo para recolhimento do ICMS é uma forma de atrair novos investimentos para o Estado, não onerando sobremaneira os cofres públicos que, ao final, receberão os valores devidos, inclusive com correção monetária, apenas com um prazo maior para o pagamento.

Nestas condições, opino pela derrubada do veto e a manutenção das alterações contidas no Projeto de Lei.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Proposição nº 009/92. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se a votação pelo destaque.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada dos Senhores Deputados.

Os que aprovam o artigo 4º votarão "não" e os que rejeitam, votarão "sim".

"Art. 4º - Em relação as novas hipóteses de incidência do ICMS nas importações do exterior de que trata esta lei, o imposto não será devido sobre aquelas que comprovadamente estiverem contratadas até a data de publicação desta lei, qualquer, que seja o momento de recebimento da mercadoria pelo importador.

Parágrafo Único - O ICMS não incidirá sobre os bens integrantes de bagagem de viajante procedente do exterior, isentos do imposto de importação, ou aos quais se aplique o regime de tributação simplificada em que não haja obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Importação".

O Senhor 1º Secretário passará à chamada dos Senhores Deputados para votação.

(E procedida a chamada nominal).

Votaram 41 Senhores Deputados.

06 Deputados votaram SIM.

35 votaram NÃO.

REJEITADO o Veto.

Vai se proceder a votação do Veto com os demais artigos.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(E procedida a chamada nominal)

Votaram 41 Senhores Deputados.

Designo uma Comissão composta pelos Deputados Antônio Costenaro, Lourenço Fregonese, Durval Amaral e Deputado Plauto Miró para constituírem a Comissão escrutinadora.

Votaram 41 Senhores Deputados.

Com a cédula Sim: 11.

Com a cédula Não: 29.

Branco: um.

Está rejeitado o Veto e aprovado o Projeto na íntegra, inclusive com o Artigo 4º.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento nº 0165, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0140, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0167, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0168, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0169, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0171, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

(O artigo em referência já foi lido pelo Deputado autor do requerimento).

Requerimento nº 0174, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0155, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0149, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0177, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 0139, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado

pelo autor.

Requerimento n° 0141, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Valdir Rossoni: a Mesa indica o Deputados Valdir Rossoni como autor, Deputado Dobrandino e o Deputado Ernani Pudell.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 309/91,  
do Projeto de Lei Complementar n° 381/91  
e do Projeto de Resolução n° 062/91.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 016, 017 e 024/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 083/85.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão de Processo Administrativo

## EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA N° 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na últimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão